



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

**TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

**FORNECIMENTO E/OU INSTALAÇÃO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA  
EXECUÇÃO COMPLETA DE KIT'S GERADORES DE ENERGIA SOLAR DE 10 KW E  
20 KW PARA DOAÇÃO EM UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS E URBANAS, BEM  
COMO ACIONAMENTO DE ESTRUTURAS DE BOMBEAMENTO RURAL NOS  
MUNICÍPIOS INSERIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA  
REGIONAL DA CODEVASF, ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**Recife  
Dezembro/2023**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

## ÍNDICE

- 1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO
- 2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES
- 3 VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 4 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE
- 5 DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS
- 6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 7 VISITA AO LOCAL DA ENTREGA
- 8 PROPOSTA
- 9 HABILITAÇÃO TÉCNICA
- 10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA
- 11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS
- 12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 13 REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
- 14 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
- 15 MULTAS
- 16 GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 17 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS
- 18 FISCALIZAÇÃO
- 19 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
- 20 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 21 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF
- 22 GARANTIA DAS MÁQUINAS E IMPLEMENTOS
- 23 MATRIZ DE RISCO
- 24 CONDIÇÕES GERAIS
- 25 ANEXOS



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Fornecimento e/ou instalação dos materiais necessários para execução completa de Kit's Geradores de energia Solar de 10 kW e 20 kW para doação em unidades produtivas rurais e urbanas, bem como acionamento de estruturas de bombeamento rural nos municípios inseridos na área de atuação da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF, estado de Pernambuco, discriminados em planilha constante como Anexo II deste Termo de Referência.

Item	Especificações	QT
1	Fornecimento de Kit de Geração Solar 10kW monofásico, contendo: Inversor monofásico 220V 10kW, placas solares de 520Wp a 600Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo.	222 un
2	Instalação de Kit de Geração Solar 10kW monofásico, contendo: Inversor monofásico 220V 10kW, placas solares de 520Wp a 601Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo, considerando DMI (distância média de instalação) de 200km.	222 un
3	Fornecimento de Kit de Geração Solar 20kW trifásico, contendo: Inversor trifásico 380V 20kW, placas solares de 520Wp a 600Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo.	50 un
4	Instalação de Kit de Geração Solar 20kW trifásico, contendo: Inversor trifásico 380V 20kW, placas solares de 520Wp a 600Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo, considerando DMI (distância média de instalação) de 200km.	50 un

### 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Recife/PE, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

**ÁREA DE INFRAESTRUTURA** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no sítio do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**CATSER** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no sítio do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

### 3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO, MODO DE DISPUTA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. **Forma de Realização:** Forma eletrônica por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)). O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente eletrônico, no sítio do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

3.2. **Valor estimado:** Público.

3.3. **Modo de disputa:** Aberto, conforme art. 32 do Decreto nº 10.024/2019.

3.4. **Regime de execução:** Preço Unitário

3.5. **Critério de Julgamento:** Menor Preço por Item (Art.7º do Decreto nº 10.024/2019).

3.6. **Será admitida a adesão apenas das Superintendências Regionais e da Sede da CODEVASF.**

### 4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

- 4.1. Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na **Região Metropolitana de Recife** - a indicação ocorrerá no momento da emissão da ordem de fornecimento.
- 4.2. O fornecedor deverá contatar a Superintendência Regional da CODEVASF – 15ª/SR, através da **Gerência Técnica Regional – 15ª/GTR, telefone (081) 3271-0455**, em dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, para informar ao Gerente, **com antecedência mínima de 72 horas (três dias úteis) a respeito do dia e da hora previstas para entrega:**
- 4.3. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou impactos durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

## 5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1. O objeto do presente TR compreende o fornecimento e/ou instalação de kit's Geradores de Energia Solar, conforme descritos no item 1 deste Termo de Referência.
- 5.2. A descrição dos fornecimentos consta Anexo II - Planilha de Especificações Técnicas Quantidades e Preços deste Termo de Referência, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3. A montagem dos equipamentos e supervisão de montagem não fazem parte do Escopo de Fornecimento.
- 5.4. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.5. Os bens ofertados deverão ser originais de fábrica, não se admitindo, em hipótese alguma, produtos reconicionados, remanufaturados ou reciclados, sob pena de afastamento do certame e/ou de não recebimento dos mesmos quando de sua entrega.
- 5.6. Os equipamentos, objeto dessa licitação, deverão ser entregues com a logomarca da CODEVASF pintada/adesivada em local visível, com dimensão proporcional às dimensões do bem identificado, de forma a garantir a visualização rápida e clara dos termos da impressão, conforme modelos de adesivos para equipamentos doados, disponível no site da CODEVASF.
- 5.7. Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei nº. 4.150 de 21/11/62), no que couber e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 5.8. A licitante que não atender às especificações técnicas estabelecidas terá sua proposta desclassificada mesmo tendo sido habilitada no que diz respeito à documentação.
- 5.9. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, §2º, inciso VII, letra "b", da Constituição Federal/88.
- 5.10. O ano de fabricação dos bens ofertados devem ser o da omissão da Ordem de Fornecimento ou da abertura das propostas.
- 5.11. Havendo divergência entre os valores publicados dos materiais no sistema do pregão no sítio do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e os valores contidos nas planilhas do edital, valerão sempre os valores contidos nas planilhas constantes no edital.

## 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, que atendam as exigências do TR e seus anexos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

- 6.1.1. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.
- 6.2. Não será permitida a participação de consórcio, por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.
- 6.3. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste TR.

## 7. VISITA AO LOCAL DE ENTREGA

- 7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento **NÃO será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos/fornecimentos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser apresentada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do local de entrega.
- 7.2. Os custos de visita aos locais dos fornecimentos correrão por exclusiva conta do licitante.
- 7.3. A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.
- 7.4. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação “in loco” da dificuldade e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 7.5. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos deste Edital ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Técnica Regional - 15ª GTR, nos telefones: (081) 3271 0455.

## 8. PROPOSTA

- 8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:
- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
  - b) Discriminação, por item ofertado, do modelo, marca e especificações técnicas do equipamento, de forma clara, completa e minuciosa, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de catálogo ou ficha técnica do equipamento;
  - c) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela área técnica da CODEVASF.
- 8.2. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas no preço.





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

8.3. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

## 9. HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos/serviços, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos/serviços dentro das condições estabelecidas.

9.3. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas descritas no Anexo II deste Termo de Referência.

9.4. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento de equipamentos.
  - i. Consideram-se fornecimentos similares: fornecimento de materiais e equipamentos de mesma complexidade tecnológica, finalidade ou pertencente ao mesmo setor produtivo
  - ii. A comprovação da experiência deverá demonstrar fornecimento similar de no mínimo 30% do quantitativo do item desta licitação a que estiver concorrendo.
  - iii. Para fins de apuração do quantitativo mínimo de 30%, é permitido ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em nome do próprio fornecedor.
- b) O licitante deverá apresentar fichas técnicas, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos ofertados ante ao objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
  - i. Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
  - ii. No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;
- c) A CONTRATADA deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que a fabricante do bem fornecido, possua assistência técnica no âmbito do Estado objeto da licitação.

## 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 14.353.782,34 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e três mil,**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

setecentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), conforme indicado na Planilha de Quantidade e Preço, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

10.2. A indicação da dotação orçamentária somente é exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, § 2º do Decreto n.º 7.892, de 23/01/13.

## 11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 11.1. O prazo de vigência contratual é de 150 (cento e cinquenta) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.
- 11.2. O prazo para execução do objeto deste TR é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes, e com devida justificativa da contratada.
- 11.3. O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, não sendo prorrogável.

## 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observado ainda o subitem seguinte:

- a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.

## 13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços ofertados em Ata serão fixos e irrevogáveis. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (CODEVASF) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições do Capítulo VIII do Decreto n.º 7.892/2013.

## 14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de constituição do orçamento referencial. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[ \frac{i_1 - i_0}{i_0} \right], \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“i1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“i0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta.

14.2. O índice a ser considerado no reajustamento será extraído da tabela publicada na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, “IPA-EP-DI - Máquinas, aparelhos e equipamentos”, Código:1416650.





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

## 15. MULTAS

- 15.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do contrato ou ordem de fornecimento, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 15.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de até 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 15.3. Nos casos de atrasos na execução dos fornecimentos descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

### Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade**

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

- 15.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 15.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
  - Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
  - Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**15ª Superintendência Regional**

- d. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Gestão Regional – 15ª GGR – o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 15.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 15.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o processo será apreciado e julgado pela Autoridade Competente da CODEVASF, quanto ao provimento ou não do recurso.
- 15.8. Em caso de provimento do recurso, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a decisão qualquer novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 15.9. Caso a Autoridade Competente da CODEVASF aceite o recurso, a Contratada será comunicada e o processo arquivado.
- 15.10. Caso a Autoridade Competente da CODEVASF negue o recurso, a Contratada será comunicada da decisão e o processo tramitará para registros da decisão nos sistemas cadastrais correspondentes e publicação no Diário Oficial da União.

## **16. GARANTIAS DE EXECUÇÃO**

- 16.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 16.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na área de atuação 15ª Superintendência Regional da CODEVASF, até a data da assinatura do contrato.
- 16.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 16.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 16.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 16.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 16.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 16.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.
- 16.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de.
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**15ª Superintendência Regional**

- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

## **17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**

- 17.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 17.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
  - a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
  - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
    - b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 17.3. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 17.4. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.
- 17.5. A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 17.6. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.
- 17.7. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
  - a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;
  - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- 17.8. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 17.9. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto contratado.
- 17.10. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 17.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

## 18. FISCALIZAÇÃO

- 18.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 18.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 18.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 18.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Infraestrutura, responsável pela execução do contrato.
- 18.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 18.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Infraestrutura da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 18.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 18.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

## 19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 19.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- 19.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 19.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 19.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 19.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**15ª Superintendência Regional**

- 19.6. O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 19.7. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.
- 19.8. Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 19.6 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 20.1. A Contratada fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.
- 20.2. A Contratada, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos/materiais a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:
  - Características do sistema de operação
  - Local de instalação
  - Nome e endereço do cliente
- 20.3. A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas solicitadas no item.
- 20.4. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 20.5. O licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
  - a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
  - b) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
  - c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**15ª Superintendência Regional**

- 20.6. A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.
- 20.7. A licitante deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que os fabricantes dos bens fornecidos, possuem assistência técnica no âmbito do Estado de Pernambuco.

## **21. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

- 21.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 21.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 21.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 21.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 21.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 21.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.
- 21.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

## **22. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

- 22.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Prazo, este que visa suplementar o prazo de garantia legal de 03 (três) meses tendo em vista a usual entrada em operação dos tratores a partir de 6 meses após a aquisição, devido os trâmites internos necessários para tombamento e doação aos usuários finais.
- 22.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 22.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 22.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 22.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 22.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento de serviço pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 22.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 22.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**15ª Superintendência Regional**

- 22.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 22.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 22.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **23. MATRIZ DE RISCO**

- 23.1. A matriz de risco está apresentada no anexo III deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 23.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da CODEVASF.
- 23.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 23.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 23.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 23.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 23.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 23.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 23.9. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 23.10. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

### **24. CONDIÇÕES GERAIS**

- 24.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional

## 25. ANEXOS

25.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Planilhas de Especificações Técnicas, Quantidades e Preços
- Anexo III – Modelo de Logomarca da CODEVASF
- Anexo IV - Matriz de Risco
- Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar

Recife, 13 de dezembro de 2023.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

---

**ALBERTO JOSÉ TABOSA VILA**  
Analista de Desenvolvimento Regional 15ª GTR



## ANEXO I

### JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, modalidade Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços para o fornecimento e/ou instalação dos materiais necessários para execução completa de Kit's Geradores de energia Solar de 10 kW e 20 kW para doação em unidades produtivas rurais e urbanas, bem como acionamento de estruturas de bombeamento rural nos municípios inseridos na área de atuação da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF, estado de Pernambuco, , conforme especificações técnicas, contidas nos Termos de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

**Da necessidade da contratação:** Verifica-se a necessidade e oportunidade de aquisição de kit's geradores de energia solar para atendimento a unidade de produção rurais e urbanas e acionamento de estruturas de bombeamento rural, contribuindo para diminuição de custos com energia elétrica e incentivando o desenvolvimento das atividades executadas pelos beneficiários.

**Modalidade:** A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com Sistema de Registro de Preços (SRP), haja vista tratar-se de objeto comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos e adquiridos por meio de especificações usuais no mercado.

**Dotação orçamentária:** Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registros de preços. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

*Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.*

*§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.*

**Do Sistema de Registro de Preços (SRP):** Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (*"I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes"*); a aplicação do "Sistema de Registro de Preços" neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF.

**Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):** Em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:** Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

*Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.*

*§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.*

**Critério de Julgamento:** Menor preço por Item, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º13.303/2016.

A não adoção do orçamento sigiloso, está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

**Orçamento Público/Aberto:** Este processo possui definições, critérios, especificações de engenharia bem definidos, tornando relevante a divulgação do orçamento.

No âmbito das contratações públicas, antes de celebrar um contrato a Administração deve definir com clareza o objeto pretendido. Logo após, deve efetuar a avaliação do seu custo em face das condições de mercado.

Acórdão 1502/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz):

*“Licitação. Empresa estatal. Edital de licitação. Orçamento estimativo. Divulgação. Princípio da publicidade.*

*Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.*

*O TCU orienta: “sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória”), ou seja, neste*



*processo. Não adotamos um orçamento com um critério “estimativo”, que até compreenderia subsídio para avaliar a “aceitabilidade das propostas”, mas neste caso foi objeto de diagnóstico e projeto.”*

Portanto, entendemos que a recomendação do TCU, mesmo diante do regime jurídico presente na Lei nº 13.303/2016 – que institui o sigilo do orçamento como regra geral, orienta às estatais nos atos convocatórios à divulgarem o orçamento quando do julgamento das propostas servir de critério, como neste caso que se trata de preço máximo.

**Modo de Disputa:** Aberto, de acordo com o Art. 52, § 1º da Lei n.º 13.303/2016.

**Cota Reservada a ME/EPP:** A não previsão da cota reservada está respaldada pelas ressalvas trazidas no Art. 8º, caput e § 4º do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que a experiência em licitações idênticas tem demonstrado que as microempresas e empresas de pequeno porte não detêm capacidade para acompanhar os valores, quantidade e prazo de entrega de bens a serem adquiridos, sobretudo quando comparados aos itens de ampla concorrência (cota principal), em prejuízo à economia de escala. Dessa forma, a não previsão da cota reservada para ME/EPPs privilegia a economicidade e a vantajosidade à Administração e ao Erário.

**Consórcio:** A não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, é justificada por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos.

**Garantia de Execução (caução):** É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, perfazendo montante de 5% sobre o valor global contratado.

**Qualificação Técnica:** As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para a aquisição.

**Da não admissão de subcontratação:** Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

**Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio:** Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consórcio não é justificada. Acrescento ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

**Da não admissão da participação de Cooperativa:** É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

**Aspectos Ambientais:** Para execução do objeto deste Termo de Referência não será necessário licenciamento ambiental por se tratar de intervenção de nenhum impacto e até mitigação de problema ambiental.

**Aprovação do Termo de Referência:** O Termo de Referência deverá ser aprovado por ato da autoridade competente, conforme Resolução a ser inserida ao Processo.



**Da Forma de Fornecimento:** Fornecimento parcelado. O fornecimento ocorrerá mediante expedição e encaminhamento, pela CODEVASF, da ordem de Fornecimento (OF), devidamente preenchida com informações do item e do valor unitário, respeitando o valor e quantidade contratada via Ata de Registro de Preços, de acordo com a disponibilidade financeira.

Recife, 13 de dezembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

**ALBERTO JOSÉ TABOSA VILA**

Analista de Desenvolvimento Regional 15ª GTR

**ANEXO II - Planilhas de Especificações Técnicas, Quantidades e Preços**

Item	Descrição Sintética	UND	Qtd	Valor Unitário	Total
1	Fornecimento de Kit de Geração Solar 10kW monofásico, contendo: Inversor monofásico 220V 10kW, placas solares de 520Wp a 600Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo.	UND	222	R\$ 36.300,00	R\$ 8.058.600,00
2	Instalação de Kit de Geração Solar 10kW monofásico, contendo: Inversor monofásico 220V 10kW, placas solares de 520Wp a 601Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo, considerando DMI (distância média de instalação) de 200km.	UND	222	R\$ 8.878,47	R\$ 1.971.020,34
3	Fornecimento de Kit de Geração Solar 20kW trifásico, contendo: Inversor trifásico 380V 20kW, placas solares de 520Wp a 600Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo.	UND	50	R\$ 70.000,00	R\$ 3.500.000,00
4	Instalação de Kit de Geração Solar 20kW trifásico, contendo: Inversor trifásico 380V 20kW, placas solares de 520Wp a 600Wp, cabos e conectores, estrutura de suporte para solo, considerando DMI (distância média de instalação) de 200km.	UND	50	R\$ 16.483,24	R\$ 824.162,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>				<b>R\$ 14.353.782,34</b>	



## EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA  
INTERAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



## EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA  
INTERAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





## EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA  
INTERIO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



## EQUIPAMENTO DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA  
INTERIO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



EQUIPAMENTO  
DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



EQUIPAMENTO  
DOADO

CODEVASF

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO













# PALETA DE CORES



MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL



**ANEXO IV  
MATRIZ DE  
RISCO**

<b>Risco</b>	<b>Definição</b>	<b>Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)</b>	<b>Impacto (Alto, médio ou baixo)</b>	<b>Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)</b>	<b>Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco</b>
1 - Necessidade de fornecer equipamento, material ou máquina ofertada pela contratada na licitação com alteração de marca ou especificação.	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante no período de fornecimento.	Contratada	Alto	Ocasional	Contratada deverá apresentar produto ou nova marca com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos.
2 - Alteração do prazo do fornecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração de especificação ou marca do risco 1 solicitada pela contratada.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	O prazo será aditado a partir da data de aceitação da nova especificação e/ou marca apresentada pela Contratada e aprovada pela fiscalização da Codevasf. Prazo será acrescido dos dias entre o recebimento pela Contratada da Codevasf da Ordem de Fornecimento e pela comunicação à mesma da

					aprovação da nova especificação pela especificação pela fiscalização da Codevasf, limitado a 70% do prazo original.
3 - Entrega em desacordo com as especificações do Edital.	Não verificação pela contratada da especificação do equipamento descrita no Edital.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção, adequação ou substituição do fornecimento em compatibilidade com a especificação mínima do Edital.
4 - Variação cambial do dólar.	Variação cambial com percentual entre o menor valor e o maior valor no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: menor valor R\$4,22 e maior valor R\$5,10 corresponde uma variação de 20,85%)	Contrada	Médio	Provável	Contratar um seguro cambial. Contratos sujeitos à variação de moeda estrangeira podem ser protegidos por operações de hedge e, portanto, não podem ser causa para reequilíbrio contratual.
5 - Variação cambial do dólar acima do previsto no item 4	Variação cambial acima do percentual previsto no risco 4 a partir da data da assinatura do contrato ou data de recebimento pela contratada da ordem de fornecimento em relação a data de apresentação da proposta. (Exemplo: Dólar na data de apresentação da proposta R\$5,65 terá uma variação aceitável de 20,85% totalizando um limite de	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente da diferença acima do valor limite. (Exemplo: Se o dólar médio do período de fornecimento for R\$6,96 corresponderá um aditivo de 1,90% ( $6,96/6,83 \times 100 = 1,90\%$ ))

	R\$6,83 sem reequilíbrio contratual)				
--	--------------------------------------	--	--	--	--

6 - Variação da inflação (IPCA)	Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até da data de entrega em relação a variação do menor e o maior valor no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: proposta de novembro de 2020 e a inflação de maio de 2020 foi 1,88% e dezembro de 2019 4,52% corresponde uma variação de 40,42%)	Compartilhada	Médio	Provável	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente da diferença acima do valor limite. (Exemplo: Se o IPCA do mês de recebimento da ordem de fornecimento for 4,52% e a média do período a partir do recebimento da ordem do fornecimento for inferior a 4,52% $\times$ 1,44042=7,61% não correrá aditivo de reequilíbrio, mas se médio fosse 7,89% o aditivo seria de 0,79%=7,89%-7,61%).
7 - Greve da Receita Federal do Brasil	Greve da Receita Federal nos fornecimentos importados devidamente comprovados os impactos.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
8 - “Greve de caminhoneiros”.	Greve do setor de transporte impedindo o frete.	Codevasf	Alto	Ocasional	Aditivo de prazo.

9 - Aumento dos custos de transporte internacional de cargas.	Elevação de taxas e tarifas e encargos aduaneiros, inclusive frete.	Contratada	Baixo	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete com a sua transportadora.
10 - Aumento dos custos de fretes.	Aumento das tabelas de fretes e diesel.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete

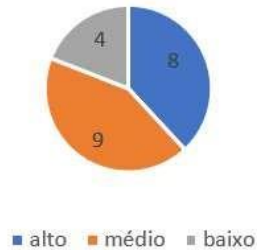
					com a sua transportadora.
11 - Lockdown	Paralisação da cidade, região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a pandemia, bem como no local de recebimento.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
12 - Dificuldade de aquisições de matéria-prima.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores com fornecedor ou alterar o mesmo.
13 - Estimativa de prazo de entrega	Aceitação do prazo de edital para entrega dos fornecimentos e não conseguir cumprir até um limite de 25% superior ao mesmo, sem nenhum fato superveniente previsto nesta matriz de risco para aditivo de prazo.	Contratada	Médio	Remota	Recebimento dos materiais, equipamentos ou máquinas pela Codevasf com a aplicação das sanções previstas no edital.
14 - Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória recebimento do equipamento por parte da Codevasf.	Compartilhada	Baixa	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega.

15 - Dano na descarga dos itens de fornecimento.	Dano na descarga ou organização dos materiais, equipamentos ou máquinas na entrega.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificada pela contratada na descarga.
16 - Dano no frete dos itens de fornecimento.	Dano durante o transporte dos materiais, equipamentos ou máquinas.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata do material, equipamento ou máquina danificada pela contratada durante o transporte

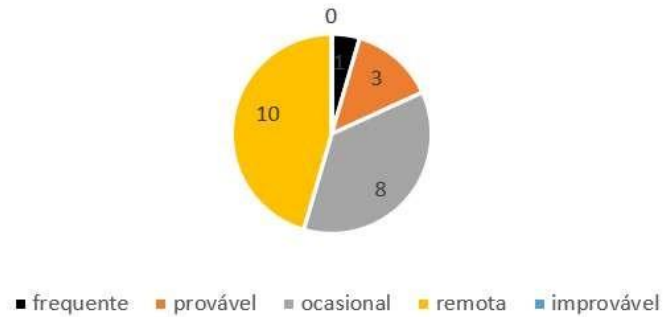
Alocação dos Riscos



Impacto dos Riscos



Probabilidade







**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA  
EXECUÇÃO COMPLETA DE KIT'S GERADORES DE ENERGIA SOLAR DE 10KW  
E 20KW PARA DOAÇÃO EM UNIDADES PRODUTIVAS RURAIS E URBANAS,  
BEM COMO ACIONAMENTO DE ESTRUTURAS DE BOMBEAMENTO RURAL  
NOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA 15ª SUPERINTENDÊNCIA DA CODEVASF,  
ESTADO DE PERNAMBUCO .**

**Recife-PE  
Dezembro/2023**



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

## ÍNDICE

- 1 INFORMAÇÕES BÁSICAS
- 2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE
- 3 ÁREA REQUISITANTE
- 4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 5 LEVANTAMENTO DE MERCADO
- 6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
- 7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS
- 8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO
- 10 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO
- 11 RESULTADOS PRETENDIDOS
- 12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
- 13 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 14 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE
- 15 RESPONSÁVEIS
- 16 LISTA DE ANEXOS



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1 INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente documento materializa os elementos colhidos para a análise de viabilidade do contratação de fornecimento e/ou instalação dos materiais necessários para execução completa de Kit's Geradores de Energia Solar de 10kw e 20kw para doação em unidades produtivas rurais e urbanas, bem como acionamento de estruturas de bombeamento rural nos municípios inseridos na área de atuação da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF, estado de Pernambuco, através do Sistema de Registro de Preços, instruída mediante processo nº 59501.000118/2023-34.

### 2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Estado de Pernambuco está entre os maiores produtores de energia solar fotovoltaica no Brasil, contendo com o maior complexo solar fotovoltaico do país, demonstrando o potencial energético do Estado e sua contribuição para a expansão da energia limpa, permitindo que essa fonte de energia seja explorada em benefício de produtores rurais e urbanos.

Além da questão energética, a doação de Kit's Geradores de Energia Solar possibilitará economia na conta de energia dos beneficiários, contribuindo para diminuição de custos e consequentemente incentivo ao avanço das atividades desenvolvidas pelo beneficiário, tornando assim, sua atividade mais competitiva e lucrativa.

O Plano Plurianual 2020-2023 do Governo Federal, estabelecido pela Nº 13.971/2019, inclui o PROGRAMA 2217 - Desenvolvimento Regional Territorial e Urbano, vinculado ao OBJETO 1194 - estimular o desenvolvimento dos territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas.

Por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o ODS 7 (energia limpa e acessível), que visa garantir o acesso a fontes de energias confiáveis, sustentáveis e modernas para todos, sendo a energia solar fotovoltaica um dos meios de alcançar esse objetivo, dialogando diretamente com o Plano Plurianual 2020-2023 do Governo Federal.

Portanto, o fornecimento e instalação de Kit's Geradores de Energia Solar viabiliza o alcance das metas supracitadas, permitindo o desenvolvimento sustentável na área de atuação da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF.

### 3 ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
15ª/SR	GUSTAVO MELO



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

#### 4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Quando da elaboração deste ETP inicial foi projetado que a aquisição ocorresse mediante Sistema de Registro de Preço (SRP). Por trata-se de processo licitatório com vistas à contratação de fornecimento e instalação, em benefício da ampla concorrência e em prestígio ao princípio da publicidade, optou-se quanto à forma de disputa pelo critério de julgamento por **Menor Preço por Item**, conforme determina o Inciso I do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e ao Acórdão nº 1502/2028- Plenária TCU, como de Disputa Aberto com orçamento público, em consonância ao princípio da publicidade, em conformidade com o Acórdão nº 1502/2018 - Plenário do TCU. O valor estimado será público e o Regime de Execução por Preço Unitário, critério de julgamento por Menor Preço - Lei nº 13.303/2016, art. 54, Inciso I. A realização do certame se dará na **forma eletrônica**, buscando assegurar a eficiência neste processo, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para realização do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para administração pública.

#### 5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

A pesquisa de preços foi realizada considerando as premissas contidas na Instrução Normativa 65/2021 - SEGES/ME no Regimento Interno da CODEVASF.

Foram utilizados os seguintes parâmetros:

- 1°. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais do governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observando o índice de atualização de preços correspondentes;
- 2°. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes;
- 3°. Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
- 4°. Pesquisa direta com no mínimo de 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício, carta, e-mail ou presencial, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou,
- 5°. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de 01 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretária de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

## 6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O fornecedor será responsável pela carga, transporte e descarga dos kit's geradores de energia solar fornecidos até o local indicado pela equipe técnica da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Os equipamentos deverão: contar com garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 12 meses; atender as especificações técnicas mínimas discriminadas anteriormente; serem originais de fábrica; ser novos e sem avarias ou desgastes; deverão estar adesivados como equipamentos doados conforme modelos de adesivos e placas disponível no *site* da CODEVASF; e, atender as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, no que couber.

## 7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A contratação aqui em epígrafe, enseja um relevante ganho social e econômico para os produtores rurais e urbanos, uma vez que a energia elétrica constitui insumo essencial para as diversas atividades econômicas.

Estima-se a contratação de até 222 (duzentos e vinte e dois) Fornecimentos de Kit's Geradores de energia Solar GRID TIE 10 kW, até 222 (duzentos e vinte e dois) Instalações de Kit's Geradores de energia Solar GRID TIE 10 kW, até 50 (cinquenta) Fornecimentos de Kit's Geradores de energia Solar GRID TIE 20 kW e 50 (cinquenta) Instalações de Kit's Geradores de energia Solar GRID TIE 20 kW, com vista a compensação do consumo de energia de unidades de produção rurais e urbanas, bem como o acionamento de estruturas de bombeamento rural. Com efeito, os beneficiários serão contemplados por uma significativa redução nos custos de energia elétrica, podendo investir em outras áreas importantes e conseqüentemente, proporcionar um desenvolvimento local e significativo.

## 8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para fornecimento e instalação de Kit's Geradores de Energia Solar GRID TIE 10 kW e 20 kW corresponde a importância de **R\$ 14.353.782,34 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos)**.

## 9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação em epígrafe se trata de um objeto único, sem obrigação de diferentes especialidades ou passível de divisão.

## 10 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O Decreto nº 9.810/2019 Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional que delimita as ações do Governo Federal em busca da redução das desigualdades econômicas e



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

sociais, intra e inter-regionais. Destaca-se a seguir os objetivos gerais e as diretrizes para o planejamento da PNDR.

Art. 3º São objetivos da PNDR:

I - promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;

II - consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região;

III - estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração; e

IV - fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais. [...]

Art. 7º O planejamento e a implementação das ações da PNDR observarão, preferencialmente, os seguintes eixos setoriais de intervenção:

I - desenvolvimento produtivo;

II - ciência, tecnologia e inovação;

III - educação e qualificação profissional;

IV - infraestrutura econômica e urbana;

V - desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e

VI - fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos.[...]

A CODEVASF, pelo seu vínculo finalístico com o Ministério do Desenvolvimento Regional, se alinha com o Planejamento Federal através do seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI).

Encontra-se vigente o PEI 2022-2026, do qual se extrai o Objetivo Estratégico OE19 - Contribuir para a Promoção da Inclusão Produtiva Sustentável, a qual está atrelado o indicador “ID22 - Atividades Produtivas Estruturadas”.

Ademais, consta da Programação de Licitações 2023 da CODEVASF, disponível no link [https://licitacoes.codevasf.gov.br/licitacoes/planejamento\\_anual\\_de\\_contratacoes](https://licitacoes.codevasf.gov.br/licitacoes/planejamento_anual_de_contratacoes), especificamente no item 188 está prevista a aquisição de Implementos Agrícolas vinculado a Promoção do Desenvolvimento Regional e Produtivo através do Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.

## 11 RESULTADOS PRETENDIDOS

Diante do exposto, a realização da licitação e posterior contratação para fornecimento e instalação de Kit's Geradores de Energia Solar GRID TIE, apresentam-se viáveis, tendo em vista as razões de interesse público em prol da melhoria da capacidade produtiva e, por sua vez, melhoria na qualidade de vida das famílias e dos produtores das regiões beneficiadas.

A CODEVASF tem entre suas atribuições dar as diretrizes para os projetos e ações de revitalização, bem como cuidar da sua gestão. Cabe a Gerência Técnica Regional da 15ª SR CODEVASF coordenar as ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a revitalização e com a gestão territorial das bacias hidrográficas; desenvolver projetos e ações de apoio aos arranjos e as atividades





Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

produtivas; e, ainda fazer a gestão dos resultados gerados pela revitalização das bacias hidrográficas.

## 12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A Administração adotará critérios adequados para qualificação dos beneficiários finais quanto a aspectos sócio-econômicos e capacidade técnica para recepção dos kit's geradores de energia solar, objetos da presente contratação, bem como a definição de encargos específicos quanto as manutenções previstas pelo fabricante e contrapartida.

Recomenda-se ainda a formalização de Formulário e periodicidade para apresentação de relatório de atividades produtivas executadas pelos beneficiários por um prazo mínimo de 3 anos.

## 13 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

- I Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- IV Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem as esferas do governo federal, estadual e municipal.

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

## 14 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida, consoante ao inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2022 da SEGES/ME.

## 15 RESPONSÁVEIS

Recife, 13 de dezembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

---

**ALBERTO JOSÉ TABOS VILA**  
Analista em Desenvolvimento Regional  
15ª/GTR

## 16 LISTA DE ANEXOS

Fazem parte do presente Estudo de Técnico Preliminar o seguinte anexo:  
**Anexo I** - Pesquisa de Preço.